QUESTÕES DE LINGUAGEM NA EDUCAÇÃO POPULAR

DARLENE ARLETE WEBLER
(Doutoranda no PPGL /UFRGS)

No presente trabalho de pesquisa, buscamos construir uma reflexão acerca das condições históricas e sociais de produção dos discursos no seio da educação popular, que se inscreve nos princípios organizativos da Economia Popular e Solidária, à luz da Análise do Discurso de linha francesa a partir de Michel Pêcheux. A opção de pensar o processo de educação na perspectiva da apropriação de saberes dos trabalhadores, historicamente negados e expropriados, articuladamente à Teoria da Análise do Discurso, tem seu alicerce na teoria das ideologias com base na história das formações sociais e nos seus modos de produção, considerando como questão relevante a luta de classes. Nesse sentido, elegemos para nossos estudos as noções de *condições de produção do discurso*, *formação ideológica*, *formação discursiva* (Pêcheux; Courtine); bem como, as concepções acerca da *hegemonia* e da formação de *intelectuais orgânicos* (Gramsci) e suas implicações nas práticas sociais e políticas. Relativamente à materialidade discursiva para fins de análise, tomamos o discurso de trabalhadores, assessores e pesquisadores da autogestão, obtidos através de entrevistas, cursos de formação, reuniões de assessores, materiais de formação e documentos em geral.

Palavras-chave: sujeitos, práticas discursivas, educação popular.

I – PRÁTICAS DISCURSIVAS E EDUCAÇÃO POPULAR

Abordar a questão da educação popular e das práticas discursivas, sociais e políticas que a caracterizam nos conduz a pensar sobre como as pessoas vivem, como se organizam historicamente em sociedade – na dimensão familiar, escolar, de trabalho, etc. –,

sobre as origens e os efeitos dessa forma de organização da vida. Em Althusser (1999) encontramos a definição de sociedade civil como o "conjunto das instituições, privadas ou públicas, através das quais se efetua a 'hegemonia' das classes dirigentes, a preeminência de sua ideologia". Sobre as instituições, afirma que representam os "elementos da máquina estatal pelo qual a burguesia garante a sua dominação" (*idem*). Nesse sentido, podemos depreender que a instituição escolar cumpre, de modo geral, o papel de reproduzir concepções opressivas, de manutenção das relações de dominação das classes dirigentes sobre as outras que lhes são subalternas. Mas também precisamos considerar que nela, contraditoriamente, abrem-se brechas para o surgimento de questionamentos desse papel e fomento de iniciativas de educação que caminhem para a libertação dos trabalhadores. Pensemos na educação popular.

O processo de ensino-aprendizagem no meio popular segue uma dinâmica distinta – contraditória e até antagônica – daquele que ocorre na escola de ensino regular. Este processo obedece a exigências e desafios peculiares que dizem respeito à natureza de organização coletiva, democrática e transparente das práticas populares e, assim, à superação de culturas e relações habituais de trabalho. No caso específico dos empreendimentos associativos autogestionários, inscritos na Economia Popular e Solidária, o processo de formação (educação) precisa estar completamente sintonizado aos anseios e necessidades dos trabalhadores. Ressaltamos que tais empreendimentos se apresentam atualmente como alternativas de geração de trabalho e renda e de construção de novas relações sociais de produção. A descoberta e coletivização do conhecimento, dessa forma, ocupam lugar essencial na educação popular, já que repercutem diretamente nas relações entre os agentes, bem como nas condições sociais de competitividade do empreendimento na dinâmica mercadológica.

Considerando que a organização associativa de trabalhadores tem recente reflorescimento no Brasil, mais especificamente no Rio Grande do Sul, visto que seu desenvolvimento se efetiva, por volta, do início da década de 1990, observamos que muitas investigações, discussões, pesquisas e até núcleos de estudos se situam, em linhas gerais, na perspectiva das ciências sociais e econômicas, principalmente com o objetivo de mapear e

caracterizar o processo de autogestão contemporâneo. Estudos acadêmicos que tomam como foco a educação popular no seio da Economia Popular e Solidária também podem ser encontrados.

Já, pelo viés do campo dos estudos de linguagem, são raras (ou inexistentes) as pesquisas sobre as práticas discursivas da educação popular da Economia Popular e Solidária, ou seja, o processo de formação/educação que se desenvolve fora do regime escolar regular e regulamentado pelo Estado, envolvendo os sujeitos da autogestão, sob um olhar de teorias lingüísticas. Fazê-lo na perspectiva da Análise do Discurso, portanto, significa conferir um caráter de originalidade ao presente trabalho de pesquisa. Cabe ressaltarmos que a opção de tomar como objeto de estudo as práticas discursivas de sujeitos envolvidos no processo de organização da autogestão é relevante para os estudos da Análise do Discurso, uma vez que a busca dos processos de produção de sentido e de suas determinações histórico-sociais, através da articulação de processos lingüísticos e discursivos, está na sua centralidade.

Aproveitamos para enunciar que nossa opção pela reflexão que contempla educação popular e práticas discursivas de operários tem motivação pessoal, alimentada pelo fascínio por este *novo* jeito de organização em uma dinâmica que é adversa à dinâmica capitalista, experimentando e concretizando verdadeiras relações de solidariedade. Em outras palavras, são pequenas experiências de vivência socialista, com práticas de gestão democráticas e transparentes, no interior da competitividade e do individualismo próprios da formação social capitalista.

Pretendemos que nossa pesquisa se some aos estudos já realizados e em andamento em outros campos das ciências, contribuindo para a análise do processo formativo, a superação de estrangulamentos organizativos, observados a partir da rede discursiva que articula desde o fio do discurso até o interdiscurso. Em suma, a relevância deste estudo está colocada não só para o enriquecimento das discussões acadêmicas, mas também fundamentalmente para os sujeitos históricos e sociais do processo de autogestão.

1.1. Sobre o aporte teórico

A Teoria da Análise do Discurso caracteriza-se por um viés de *ruptura* a toda uma conjuntura política e epistemológica positivista e pela necessidade de articulação com outras áreas das ciências humanas, especialmente a Lingüística, o Materialismo Histórico e a Psicanálise. Pêcheux formula sua teoria na perspectiva do marxismo-leninismo-althusseriano, o que significa uma opção alicerçada na teoria das ideologias com base na história das formações sociais e nos seus modos de produção, considerando, como uma questão de fundamental relevância, como as lutas de classe podem ser abordadas no âmbito de uma Filosofia da Linguagem de base marxista.

É à luz desta teoria que pretendemos refletir sobre as noções de *Condições de Produção* (CP), *Formação Ideológica* (FId) e *Formação Discursiva* (FD) articulando-as com as práticas da educação popular. Entendemos que é fundamental para esta reflexão pensarmos na noção marxista de *Formação Social*, que remete, por sua vez, ao conceito de *modo de produção* – constituído por uma unidade que possui suas forças produtivas (soma dos meios de produção e as forças de trabalho) e suas relações de produção. Em uma formação social capitalista, por exemplo, os meios de produção não estão em posse dos detentores da força de trabalho, mas em mãos de personagens exteriores aos processos de trabalho. Especificamente, neste estudo, por se tratar de educação popular em experiências de autogestão operária, os agentes possuidores da força de trabalho também têm a propriedade dos meios de produção.

Se pensarmos em reprodução dos modos de produção capitalistas, podemos compreender alguns dos "fenômenos sociais" proletários que ocorrem à revelia do sistema dominante e que parecem se encaminhar para uma via socialista – como, por exemplo, a autogestão operária. Na perspectiva da Análise do Discurso, podemos articular a concepção de *condições ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção*, apresentada por Pêcheux (1988), e assim pensar que as ideologias como práticas materiais servem à *reprodução* mas também à *transformação* das relações de produção. É bom enfatizar que a teoria das ideologias e luta de classes de Althusser (1999) é marcada pela concepção da reprodução e é Pêcheux que avança nesse sentido, trabalhando a idéia de

reprodução-transformação. Os Aparelhos Ideológicos de Estados (AIE), propostos por Althusser, constituem, conforme Pêcheux, simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção.

Em sua materialidade concreta, a instância ideológica existe sob a forma de *formação ideológica*. Conforme Pêcheux (1988), a objetividade material da instância ideológica é caracterizada pela estrutura de desigualdade – subordinação de *todo complexo dominante* das formações ideológicas de uma formação social dada, estrutura que não é senão a da *contradição-reprodução-transformação* que constitui a luta ideológica de classes. A ideologia, de acordo com Pêcheux (1988), designa "o que é" e "o que deve ser"; proporciona as evidências pelas quais todo mundo sabe o que é determinada coisa – por exemplo, um operário. Ela fornece as evidências que fazem com que uma palavra ou enunciado queiram dizer *o que realmente dizem* e que mascaram, sob a *transparência da linguagem*, o *caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados.

Nesta perspectiva, articulamos a concepção de *formação discursiva* que, em linhas gerais, representa os discursos heterogêneos da formação ideológica, a materialização dos saberes da Formação Ideológica no discurso. Trata-se de uma noção que nasce em Foucault (1997), na obra *Arqueologia do Saber*, numa vasta e fecunda interrogação sobre as condições históricas e discursivas nas quais se constituem os sistemas de saber, que, para Courtine (1981), parecem se aproximar dos objetos – como o discurso, o sujeito, a ideologia – sem jamais atingi-los completamente. Nas palavras de Courtine (*idem*, p. 33), encontramos a seguinte afirmação:

> Uma interrogação que atravessa a *Arqueologia do Saber* e a *Ordem do Discurso* apareceu como uma prática teórica forte do sentido e que é meio caminho entre história e filosofia e, às vezes, muito próximo da AD, produzindo explicações extremamente fecundas que deixa em suspenso, ao abrigo da verificação experimental. Um trabalho que se completa à margem e se condensa assim ao paradoxo de somente poder falar a condição de não ser compreendido.

Courtine observa que Pêcheux se apropria da noção de Foucault, re-teorizando-a. Assim, em Análise do Discurso (AD), o conceito de formação discursiva é reformulado e aparece associado à noção de *Formação Ideológica***.** Sublinhamos que a

noção de Formação Ideológica é que alicerça a noção de formação discursiva – a discursivização.

Considerando o que mencionamos anteriormente – de que é a ideologia que fornece as evidências que mascaram, sob a transparência da linguagem, o caráter material do sentido das palavras e enunciados –, salientamos que não há transparência da linguagem, visto que ela parece ser transparente somente para quem está dentro de uma formação discursiva (FD), não **para** o outro e nem **a** do outro – ou seja, não é transparente/compreensível para aquele que está em outra FD da mesma forma que a FD do outro o é para quem está dentro de determinada FD. Pensar a materialidade do discurso remete ao princípio de que o seu sentido é produzido a partir de uma determinada formação discursiva que, por sua vez, se inscreve em uma formação ideológica. Assim, somos conduzidos à premissa da interpelação dos indivíduos em sujeitos de seu discurso pelas formações discursivas intrincadas (e inscritas) nas formações ideológicas. Cabe ressaltar que o indivíduo se constitui enquanto sujeito a partir daquilo que lhe é permitir ter contato, vendo, compreendendo, fazendo, etc. e é de acordo com as suas posições que são moldados os sentidos das palavras enunciadas. Em suma, é a partir das formações ideológicas que configuram as formações discursivas às quais os sujeitos se inscrevem é que as palavras, expressões e proposições (...) tomam sentido que, por sua vez, sofrem alterações de acordo com as posições ideológicas dos sujeitos que as empregam. Ora, isso nos leva a uma importante observação que Pêcheux (1997) faz em relação ao sentido: "uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem *um* sentido que lhe seja 'próprio', vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva".

Nessa linha de raciocínio, remetemos à noção de "domínios de pensamento", articulada pelo autor (*idem*, p. 161, 124 e 199), sobre a qual diz se constituir sócio-historicamente sob a forma de pontos de estabilização que produzem o sujeito, *com*, simultaneamente, aquilo que lhe é dado ver, compreender, fazer, temer, esperar, etc.". Assim, todo sujeito pode se reconhecer a si mesmo – em si mesmo e em outros sujeitos.

1.2. Hegemonia e Intelectuais Orgânicos

A abordagem sobre a *hegemonia* e os *intelectuais orgânicos* – noções cunhadas por Gramsci na perspectiva do materialismo histórico – é fundamental para pensarmos as práticas sociais e políticas da educação no interior do movimento e das organizações operárias.

Para Gramsci, a ideologia é o cimento, a base, o alicerce do bloco histórico – que é o grupo dominante ideologicamente que representa o bloco sócio-econômico no poder ou o bloco hegemônico. Como todo o bloco histórico é constituído pela sociedade civil (base e conteúdo ético da sociedade; lugar onde se elaboram e difundem as ideologias) e pela sociedade política (domínio direto ou comando, através dos aparelhos repressivos – função coercitiva), ele reúne o conjunto da estrutura e da superestrutura, representando as classes subalternas e o sistema hegemônico – numa relação de dominação desta sobre aquela. Nessa ótica, a *hegemonia* figura como a unidade ideológica que está em posição de direção intelectual e moral numa dada formação social. Nas palavras do autor (1981: 16), hegemonia é "a unidade ideológica de todo o bloco social, que é cimentado e unificado precisamente por aquela determinada ideologia". Podemos pensá-la como um fato filosófico, cultural e moral, antes de ser político; como direção intelectual e moral de uma classe economicamente ativa. Assim, a grosso modo, uma classe é hegemônica quando consegue manter articuladas "consensualmente" os grupos sociais heterogêneos. Pensemos ainda a noção da hegemonia como o aprofundamento do pensamento marxista-leninista.

Para Portelli (1977), a característica essencial mais pensada, nos últimos anos, de hegemonia consiste no conceito "histórico-político". A origem desta noção está na obra e ação política de Lênin que a concebe como a *ditadura do proletariado*[1]. Considerando o vínculo entre hegemonia e ditadura do proletariado, Gramsci (1923-1924) pondera que a hegemonia do proletariado depende de alianças de classes subalternas que lhe permitirá

[1] A ditadura do proletariado, conforme Portelli (1977: 62, 63), é a "direção" e a "dominação" da sociedade, isto é, o controle das sociedades civil e política, cujo resultado só pode ser obtido se a classe operária alargar sua base social de direção a partir de um sistema de alianças. O autor observa que, embora aparentemente Gramsci – assim como Stalin – considere o conceito leninista de hegemonia próximo do de ditadura do proletariado, Gramsci distingue as duas noções.

mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da população trabalhadora – assim, a noção de hegemonia remete à idéia de alargamento da base social que dirige a sociedade civil. Ele afirma que "se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo essencial da atividade econômica" (*Apud* Portelli, 1977: 63, 64). Gramsci desenvolve consideravelmente a análise de Lênin – na verdade, Gramsci vai além de Lênin ao refletir pontos em que este estagnou – e mostra que o Estado é a combinação da sociedade política e sociedade civil. Lembramos da prática política de Lênin na dianteira do processo proletário que culminou na instauração do Estado Bolchevique, o que foi muito importante para o trabalho de elaboração teórica de Gramsci sobre Estado, hegemonia e intelectuais orgânicos.

Relativamente à concepção de *intelectual orgânico*, pensemos no sujeito agente intelectual que tem o papel de organizar a infra-estrutura (povo) com vistas a articular a emancipação do povo da submissão e exploração capitalista. A função dos intelectuais orgânicos, resgatada das formulações de Gramsci por Portelli (1977), tem triplo aspecto, a saber:

> (1°) o vínculo orgânico entre o intelectual e o grupo que ele representa e sua função no seio da superestrutura;
>
> (2°) as relações entre intelectuais do bloco histórico e os do antigo sistema hegemônico;
>
> (3°) a organização interna do *bloco intelectual* no seio do bloco histórico. (1997: 84)

O intelectual da classe proletária/operária deve estar ativamente presente na sociedade como pensador permanente e como organizador no processo de construção de uma nova hegemonia. Sua função é elaborar e difundir uma concepção do mundo antagônica à da classe burguesa. Ele pode ser um sujeito que é dirigente político, militante, dirigente sindical; enfim, um intelectual deve se tornar um dirigente (especialista e político) e deve ter consciência e paciência histórica.

A tônica do trabalho teórico de Gramsci está no caráter orgânico do vínculo entre infraestrutura e superestrutura. É ali que se define o intelectual orgânico no interior de

determinado bloco histórico, cuja condição é a de ser agente da sociedade política com o papel organizar o povo, as massas humanas e não “domesticá-las” – neste último caso, trata-se de intelectuais que deixam de ser orgânicos para tornarem-se inorgânicos. Ressaltamos que a classe dirigente, representante dos interesses burgueses, busca insistentemente cooptar os intelectuais orgânicos das classes subalternas (populares/proletárias) através de vantagens econômicas. Diante do insucesso em sua tentativa de cooptação, tem início um processo de “destruição” dos intelectuais orgânicos.

Em nossa reflexão sobre os intelectuais orgânicos, não podemos deixar de lembrar da preocupação de Lênin, no início do século XX, em relação ao Aparelho Ideológico de Escolar – entre outros, secundariamente – para garantir o próprio futuro da ditadura do proletariado e a passagem para o socialismo. Lênin (1980) aponta para a necessidade de uma profunda revolução cultural e de ensino com a superação do caótico estado de analfabetismo generalizado da população operária e camponesa, nas seguintes palavras:

> Propriamente falando resta-nos apenas uma coisa: tornar a nossa população tão civilizada que compreenda todas as vantagens da participação de todos na cooperação e organize essa participação. Apenas isto. Não precisamos agora de nenhuma outra sabedoria para passar ao socialismo. Mas para realizar isto apenas é necessária toda uma revolução, toda uma fase de desenvolvimento cultural da massa do povo.

No caso da Economia Popular e Solidária, podemos perceber a preocupação dos educadores populares, que são os intelectuais orgânicos das massas proletárias, em relação aos aparelhos ideológicos, especialmente ao escolar e ao sindical. Este, ao longo dos últimos anos, de modo geral, tem servido muito mais como um instrumento justificador da relação de subserviência do operariado à classe patronal, à burguesia. A direção da instância sindical precisa estar efetivamente nas mãos do proletariado e servir como meio, lugar e forma da luta de classe rumo ao esgotamento do capitalismo e à construção da sociedade socialista. A orientação de educação popular deve estar igualmente à serviço da classe proletária, sintonizada com este perfil da instância sindical. Cabe salientar que a

conquista e manutenção da hegemonia nesses aparelhos são tarefas importantes dos operários em conjunto com seus intelectuais orgânicos.

1.3. Saber Popular e Educação Popular

Pensar sobre as diversas abordagens acerca do saber popular que são feitas por intelectuais comprometidos ou não com o processo de educação popular, nos remete, num primeiro momento, à observação de que tais abordagens, em geral, são preconceituosas, uma vez que enfatizam a ignorância e a alienação deste saber. Ressaltamos que a expressão do saber popular deve ganhar evidência através de seus detentores, dos intelectuais orgânicos dos grupos populares.

Na prática da educação, muitas vezes, são criadas situações de confronto de saberes entre os assessores e o grupo popular, o que reflete a divisão sócio-histórica capitalista entre o saber intelectual e o saber manual, reproduzindo relações de dominação de uns sobre os outros. Para fins de ilustração, trazemos a fala de um operário, captado durante um curso de formação, sobre a relação dos saberes entre aparentemente "sabe" e quem "não sabe":

> Quando falo o pensamento vem dum outro mundo. (...) A educação que chega pro senhor é a sua, da sua gente, é pros usos do seu mundo. Agora, a minha educação é a sua. Ela tem o saber de sua gente e ela serve pra que mundo?"

Considerando a seqüência discursiva [1] *Quando falo o pensamento vem dum outro mundo*, podemos pensar que o operário, ao falar/enunciar, está mobilizando práticas de sua história de vida, de suas experiências de trabalhador; o "outro mundo", a que ele se refere como origem do seu pensamento, não é o mesmo lugar de origem do pensamento, das concepções do assessor. Isso acaba por se evidenciar nas seguintes seqüências discursivas: [2] *A educação que chega pro senhor é a sua, da sua gente, é pros usos do seu mundo*; [3] *Agora, a minha educação é a sua*; e [4] *Ela tem o saber de sua gente e ela serve pra que mundo?*. Ao elaborar as seqüências discursivas [2] e [3], o operário remete à relação de apropriação e preservação de saberes por um grupo social em detrimento a outro, do qual

ele faz parte, que tem seus saberes historicamente expropriados ou negados. Ele percebe que a orientação educacional que recebeu está permeada de saberes que não fazem parte de seu mundo, de sua história, mas do mundo de quem ensina/educa, de quem tem o poder para ensinar/educar. Então, sabiamente, na seqüência discursiva [4], da constatação de que sua educação provém de outro lugar, que não é o dele, o operário levanta o questionamento a que mundo, a que interesses que sua educação serve.

Nas malhas do sistema capitalista, é uma constante ensinar o produto de conhecimentos autoritariamente escolhidos e não o meio de chegar a tal produto. Conseqüentemente, há a produção de "indivíduos-robôs" que forneçam o máximo de mais valia sem nada questionar.

O intelectual orgânico partilha do mesmo mundo e interesses do operário, porque ele é um deles, tem a mesma origem proletária e busca a emancipação do proletariado. Este intelectual saberá reforçar o saber popular, conduzir o processo de partilha e construção do conhecimento, questionando a dominação que implica o discurso, por exemplo, de um intelectual inorgânico. Ressaltamos que as relações de dominação precisam ser compreendidas para, então, serem superadas. Consideremos o seguinte depoimento de um educador popular:

> Importante é estarmos atentos às expressões da capacidade criadora das camadas populares que se manifestam em cantos, danças, comidas, formas de luta, formas de sobrevivência, códigos próprios. É ali que se encontram raízes profundas e autônomas, que reside o potencial transformador da sociedade. (J.A.)

Esta fala evidencia uma clareza da necessidade de valorização dos saberes populares, entendendo que o "germe" da libertação das massas populares, a transformação social se encontra nesse espaço, conforme a concepção marxista de que a *emancipação dos trabalhadores se dá por obra dos próprios trabalhadores*. A prática dos educadores precisa estar em sintonia com os saberes populares; no entanto, com o cuidado de não cair em extremismos como, por exemplo, *só o povo sabe*. Nesse sentido, vale o princípio geral que norteia os trabalhos populares de que *é preferível errar com o povo do que acertar sem ele*, lembrando que o erro faz parte do aprendizado.

Paul Singer (1980), pesquisador e coordenador da Economia Solidária no Rio de Janeiro, diz que

> Cada vez que os trabalhadores fazem greve, cada vez que as mãos de famílias operárias ocupam um escritório da prefeitura, cada vez que uma demonstração de massas interrompe o trânsito, a hegemonia da classe dominante é posta em questão e membros da classe dominada tentam tomar seu próprio destino nas mãos. É este o sentido mais profundo dos movimentos sociais das chamadas classes subordinadas: a recusa à subordinação. (1980: 221)

Associemos esta reflexão de Singer à compreensão de que o povo não adere a uma luta que não seja sua. O processo de gradual pauperização econômica e intelectual dos trabalhadores brasileiros, ao longo do último século, coloca como grande desafio o resgate da autonomia, a apropriação dos saberes expropriados ou negados, a criação de alternativas de poder popular. Os processos de formação política e de gestão democrática de conhecimento são pautados na educação popular.

Em suma, é fundamental que, como eixo norteador da educação no meio popular, o processo de educação seja vista como construção permanente do aprendizado, como descoberta, como busca de acesso ao desconhecido, que só se desvela na aventura do fazer.

Referenciais Bibliográficos:

ALTHUSSER, Louis. **Sobre a Reprodução**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 1999.

COURTINE, Jean-Jacques. Quelques problèmes et méthodologiques en analyse du discours; à propôs du discours communiste adressè aux chrétiens. *In*: **Langages** – n° 62. Paris, juin 1981.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 5ª ed. Rio de janeiro: Forense Universitária, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 3ª edição, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979.

LÊNIN, Vladimir. **Obras Escolhidas. Tomo 1** (1982), **Tomo 2** (1980), **Tomo 3** (1980). Editora Alfa-Omega. São Paulo, 1982.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas/SP: Ed. UNICAMP, 1997.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1977.

SINGER, Paul. **São Paulo: o povo em movimento**. Vozes/Cebrap, Petrópolis, 1980.